

NOME BENEFICIÁRIO	DUECEIRA- Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça
NIFAP	V7164654
DESIGNAÇÃO	DUECEIRA2030
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO

3 Concelhos: Lousã (17.006 hab), **Miranda do Corvo** (12.002 hab.) e **Vila Nova de Poiares** (6803 hab.) | **Área 349,23 Km2** | **12 Freguesias:** Casal de Ermio e Foz de Arouce; Lousã e Vilarinho; Serpins; Gândaras; Lamas; Miranda do Corvo; Semide e Rio de Vide; Vila Nova; Arrifana; Lavegadas; Poiares (Santo André); São Miguel de Poiares | **Classificação:** rurais, não litorâneas, de montanha, de interior, inseridas em território vulnerável | NUT II – Região Centro | Comunidade Inter Municipal da Região de Coimbra | Pinhal Interior Norte | População Residente 37.983 habitantes (2011) | **35.811 (2021) habitantes** | Densidade Populacional 108,76 habitantes/Km2 (2011)**102,90 habitantes/Km2 (2021)**

O Território é delimitado a Norte pelos Rios Mondego e Alva que definem uma fronteira natural e integram uma **rede hidrográfica expressiva** composta pelos Rios Ceira, Arouce, Dueça, Alhedra, Ribeira de Poiares e ribeiras de menor dimensão. Os concelhos adjacentes ao território são Condeixa-a-Nova, Coimbra, Penacova, Arganil, Góis, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos. Apesar do território distar cerca de 30km à capital regional Coimbra - factor que exerce uma forte pressão nos fluxos pendulares -, identifica-se como uma **região com multi fragilidades** - demográficas, económicas e ambientais, situação que a define como **zona vulnerável** e **com características de interioridade**. Todo o território é **classificado como Zona de Montanha**, sendo o Maciço Montanhoso da **Serra da Lousã** o que mais contribui para a orografia da região, com acentuados declives, onde predomina o Xisto. A Norte, no concelho de Vila Nova de Poiares, as referências orográficas constituem as Serras do Carvalho e do Bidueiro que envolvem a zona central coincidente com os terrenos assentes na denominada *Bacia da Lousã*.

Trata-se de uma região com um **elevado valor ambiental** em que o **biótipo classificado da Serra da Lousã** (Directivas da Rede Natura 2000) o qual ocupa aproximadamente 14,8% (51,72Km2) do território, em conjugação com a já referida abundância hídrica, define e cria espaços de lazer e fruição da natureza, com preponderância para a riqueza da fauna (veados, corços, javalis, esquilos) e de núcleos de flora autóctone onde abundam os soutos e carvalhais, a par com outras espécies autóctones como os sobreiros, azevinhos, medronheiros, azereiros. Esta identificação e cobertura territorial não tem qualquer correspondência ao nível de

zonas de protecção especial ou definição de áreas protegidas (em curso, o processo de reconhecimento da Área de Paisagem Protegida Regional da Serra da Lousã). Apesar da utilidade do solo ser predominantemente agrícola é **preponderante a apetência florestal**. A lógica de povoamento é assente numa estrutura tradicional com uma **economia rural** dispersa e vilas de grande expressão populacional, com maior concentração nas sedes de concelho. Reflexo de realidade socio-económica ditada pela transformação dos modos de vida, pela proximidade a Coimbra e pela qualidade da sua paisagem, o território tem também uma forte **expressão empresarial nos sectores da indústria e comércio**, evidenciando-se também **o Turismo, como sector em franca expansão**.

O território inclui **12 freguesias rurais**. Não possui qualquer núcleo com a classificação de cidade e são 4 as localidades com estatuto de vila, para além das sedes de concelho, Serpins, no concelho da Lousã. Todo o território partilha de um vasto historial no que respeita ao desenvolvimento integrado de estratégias locais da proximidade à Serra da Lousã, assim como, **da marca territorial “Terras da Chanfana”** aspectos estabilizados num trabalho em parceria que lhe confere união, coesão e uma identidade própria.

Não se pode dissociar deste processo, a menção ao concelho de Penela, que integra estatutariamente a área de abrangência da Dueceira, com o qual e, apesar de historicamente incorporar e beneficiar do DLBC do GAL Terras de Sicó, existe uma interacção positiva e profícua num salutar trabalho em comum em áreas

que extravasam o definido nos respectivos DLBC das duas entidades, sendo que a proximidade territorial permite a partilha de características físicas do território e a existência de recursos e potencialidades comuns, que justificam esse complemento de actuação. Reconhece-se uma **cultura muito própria** onde as aldeias serranas de xisto, os castelos, as ermidas e santuários, achados arqueológicos, bem como, outros edificados de valor arquitectónico constituem um património expressivo, a que as lendas e mistérios locais conferem magia e encantamento. Os usos e costumes, o artesanato, as peculiaridades das comunidades acrescentam-se como **atractivos inimitáveis** e assumem em conjunto, **capital simbólico** de referência, o qual é enriquecido pela gastronomia típica num receituário que, para além da Chanfana, se identificam outros produtos agro-alimentares alguns provenientes também da cabra ou o emblemático Mel da Serra da Lousã (DOP).

Os limites territoriais de abrangência da EDL, no que concerne o Território de Intervenção DLBC, mantem os contornos assumidos e consolidados no anterior período de programação (2014-2020) tendo em consideração:

- 1) A coerência física, económica e social do território reforçada por uma identidade forte associada à Serra da Lousã e marca territorial Terras da Chanfana;
- 2) A necessidade de garantia de massa crítica suficiente para elaboração/implementação da EDL;
- 3) A experiência de funcionamento do GAL associado à gestão de fundos comunitários, nomeadamente provenientes do PRODER, FEDER e FSE no âmbito da abordagem DLBC/LEADER (período 2014-2020), que abrangeu o mesmo território (a que se acresce outras abordagens no âmbito do PROVERE e POISE);
- 4) As regras conhecidas à data relativamente aos tipos de zonas e critérios elegíveis para o DLBC.

2. CARACTERIZAÇÃO ENTIDADE GESTORA DA PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL

A DUECEIRA – Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça é uma associação de direito privado e utilidade pública sem fins lucrativos, fundada em Março de 1994, que desenvolve as suas actividades individualmente ou em parceria com outras entidades, procurando apresentar e implementar soluções mobilizadoras, inovadoras e eficazes para o território e comunidades da sua área de abrangência, os concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, *Penela* e Vila Nova de Poiares, criando valor local e contribuindo para o seu desenvolvimento integrado e sustentável.

A **visão de Desenvolvimento Local** preconizada tem como suporte **pressupostos**, tais como: i) A compreensão do território em torno da sua identidade; ii) A afirmação da auto-estima e sentido de pertença das populações; iii) A observação do território ‘como um TODO’; iv) O foco no Local (numa perspectiva supra e inter municipal); e v) A definição de objectivos e metas com suporte numa Estratégia os quais sustentam uma Lógica Comum de Intervenção

A Associação tem como **Missão**, a melhoria da qualidade de vida das suas populações através da construção de uma imagem positiva, renovada e atractiva do mundo rural, com recurso às originalidades do território como factor de afirmação e fortalecimento da auto-estima das comunidades locais, visando a sua fixação e valorização, sendo assumido como **meta** de toda a intervenção o **REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DO TERRITÓRIO**, ao nível Social; Ambiental; Económico e Global.

Compete à **Assembleia Geral** da Dueceira validar esta Visão e Missão, porquanto se assume **como o órgão estatutário da Entidade Gestora**. Tem como função a administração das linhas estratégicas e acção preconizada na sua Estratégia Local de Desenvolvimento. Os **Estatutos Associativos** constituem o instrumento interno de gestão da entidade e definem os seus aspectos orgânicos e funcionais ao abrigo do Código Civil. Enquanto órgão deliberativo, tem como principais competências as definidas no Artigo 13º. dos Estatutos Associativos, reunindo de acordo com o estabelecido no seu Artigo 14º.

A Assembleia Geral (AG) não integra associados individuais, sendo composta por 62 Associados efectivos **entre entidades colectivas de natureza pública (38%) e privada (62%)**, empenhados no desenvolvimento do território. **Aproximadamente 87% dos associados de âmbito local têm sede no TI, acrescendo mais 6% que apesar de não terem sede no TI, a sua abrangência incide sobre este.** No

período de 2014/2020 constituiu-se estratégia de crescimento e ‘empoderamento’ da organização, a **incorporação e envolvimento de novos associados**, engrossando e consolidando, desta forma, a massa crítica associativa. **Em termos comparativos foram integradas 16 novas entidades colectivas, públicas e privadas, passando o quadro associativo da Dueceira de 46 associados de 10 sectores de actuação (em Julho de 2015) para 62 associados de 11 sectores de actuação (em Julho de 2023).** À presente data encontram-se em fase de decisão o pedido de integração de mais duas entidades privadas de natureza colectiva ([Cfr CV Associativo](#))

De realçar que a Parceria é ampla e representativa de todos os sectores de actividade com expressão no território, de acordo com a distribuição de TIPOLOGIA DE ENTIDADES POR SECTOR: 100% = Educação e Formação 11,7% | Ensino, Investigação e I&DT 3,3% | Agropecuária e Floresta 13,3% | Segurança e Protecção Civil 5,0% | Banca e Finanças 1,7% | Acção Social / Inovação e Desenvolvimento Social 20% | Comunicação Social 1,7% | Associações Empresariais 6,7% | Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) 26,7% | Turismo, Energia e Ambiente 6,7% | Recreativo e Desportivo 3,3%.

A Dueceira apresenta uma longa experiência na promoção do desenvolvimento local, numa lógica intermunicipal de trabalho em rede e em parceria. Toda a acção é consubstanciada através de uma estratégia de envolvimento dos Associados e Parceiros para a concretização de iniciativas em que as suas competências são aproveitadas e valorizadas em prol da EDL preconizada, com realce para a sua experiência **acumulada de 29 anos enquanto entidade acreditada no território para a gestão de fundos públicos**, dos quais são principais referências os seguintes: Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II [Ligações Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural] | Programa de Iniciativa Comunitária LEADER + | PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural – Sub- Programa 3 - Eixo LEADER | PDR2020 – Programa de Desenvolvimento Rural – Abordagem LEADER/DLBC | CENTRO2020 – Programa Operacional Regional do Centro – Abordagem DLBC | PROVERE – Estratégia de Eficiência Colectiva | Programa de Iniciativa Comunitária LIFE AMBIENTE | FUNDO AMBIENTAL | POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.

3. MODELO DE GOVERNAÇÃO E PARTICIPAÇÃO ACTIVA DOS ACTORES RELEVANTES

A estrutura organizacional adoptada na gestão de programas anteriores prosseguiu um modelo que possibilita a participação activa de todos os elementos da parceria, com uma definição e segregação clara das funções deliberativas e técnicas. **A dimensão local da Parceria tem, assim, um carácter de real proximidade, em que a interacção entre a missão, os objectivos e perfis dos diferentes interlocutores contribuem para a consolidação e prossecução da EDL.**

O modelo funcional subjacente à gestão da abordagem do período de programação 2014/2022 incluindo o Período de Transição, - para além da Assembleia Geral da Associação- previa ainda a existência de uma Assembleia de Parceiros, de um Órgão de Gestão incumbido da gestão corrente da EDL e de uma Equipa Técnica Local, responsável por apoiar directamente o trabalho do Órgão de Gestão e do GAL. Pela fiabilidade do formato, prevê-se que este permaneça para o Período de Programação 2023/2027.

O OG- Órgão de Gestão é o órgão executivo de gestão corrente da EDL. É constituído por representantes da EG e, por inerência da Parceria Local, nomeado pela Assembleia Geral da Dueceira/GAL que aprova o Regulamento que define e regula o seu funcionamento. **É composto por 7 elementos efectivos e reflecte a representatividade da Parceria, em que as entidades públicas representam 43% e as entidades privadas garantem 57% dos direitos de voto em processos de tomada de decisão, reunindo sempre que aplicável.** Os elementos suplentes em número de dois, podem quando aplicável, alterar esta configuração aumentando a % de privados na decisão. Na gestão corrente existe o recurso aos procedimentos de consulta escrita num formato desmaterializado e mais ágil. Compete ao OG, sem prejuízo de outras competências definidas no Artº 5º do seu Regulamento: Asseverar a dinamização e gestão da EDL, pressupondo o alcance dos resultados identificados; Garantir a participação da Parceria na sua implementação; e Promover o funcionamento eficaz dos sistemas de organização, gestão e de informação e divulgação, operacionalizando a sua implementação, actualização e avaliação.

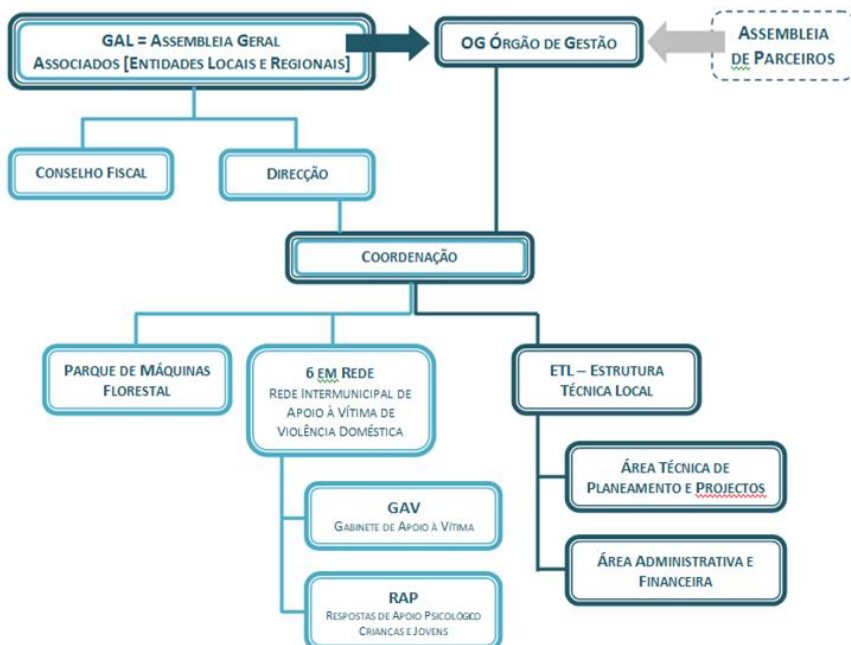
Este Órgão tem a actual composição: Município de Lousã | Município de Miranda do Corvo | Município de Vila Nova de Poiares | AESL- Associação Empresarial da Serra da Lousã | CBE- Centro da Biomassa para a Energia | Irmandade da Nossa Senhora das Necessidades – Misericórdia de Poiares | Lousãmel – Cooperativa Agrícola de Apicultores | APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Vila Nova de Poiares da Lousã e Conselhos Limítrofes | ACTIVAR – Associação de Cooperação da Lousã

Pelos motivos anteriormente referidos, de realçar que não integram o OG quaisquer organizações com sede de abrangência no concelho de Penela, evitando-se deste modo sobreposição territorial de associados que incorporam outra Estratégia.

A **Assembleia de Parceiros - AP** é um **órgão consultivo, sem personalidade jurídica** de aconselhamento sobre as linhas estratégicas e acção preconizada na EDL e surge como um fórum de diálogo e cooperação, preconizando o consenso para alcance dos objectivos e metas definidas. Possui função auxiliar complementando a acção dos demais órgãos, enquanto observatório das dinâmicas locais e reúne pontualmente quando tal se verifica pertinente. Pauta-se pelo princípio do exercício de participação e democracia, com carácter de bottom-up e é composta pelos representantes mais expressivos da sociedade civil num total de **78 Parceiros (62 Associados efectivos da Dueceira/EG- Entidade Gestora e 16 entidades colectivas –7 públicas/ 9 privadas- das mais relevantes nos processos desenvolvimento)**, tendo como competências, segundo o **Regulamento Interno** que constitui o instrumento de regulação do seu funcionamento: a) Apreciar a EDL e aconselhar alterações que concorram para a sua adequada execução; b) Assegurar a participação dos parceiros na implementação, no acompanhamento e avaliação da EDL; c) Emitir pareceres sobre matérias específicas que lhe sejam propostas pela Assembleia Geral ou Órgão de Gestão, se aplicável.

Por fim, a Estrutura Técnica Local – ETL é equipa técnica operacional, com atribuições e competências reguladas de acordo com o Direito do Trabalho e as Orientações emanadas da Autoridade de Gestão. A sua composição é constituída por um quadro multidisciplinar, integrando funções de coordenação, técnicas e administrativas, e comprovada experiência, tendo como competências, a criação de todos os mecanismos operacionais para implementação da EDL entre outras: a concepção e aplicação de instrumentos técnico-administrativos e circuitos de procedimentos para recepção, análise, selecção, monitorização e acompanhamento de projectos; a implementação da EDL em todas as suas vertentes, a promoção de acções de informação, animação e promoção da EDL e do Território. De salvaguardar que os técnicos não possuem direito a voto nas decisões emanadas de qualquer órgão da entidade.

MODELO DE GOVERNAÇÃO LOCAL
[ORGANIGRAMA FUNCIONAL]



O Acordo de Parceria que se anexa à presente candidatura, consubstancia o Compromisso assumido por cada Associado com subscrição individual da Carta de Adesão à EDL DUECEIRA 2030. Não subscrevem este Acordo, Associados com sede e intervenção no concelho de Penela, situação também evidenciada no Formulário de Candidatura (Cfr. Separador Parceria/ Entidades Envolvidas)

Para além dos associados efectivos da Dueceira, o Acordo incorpora também, Cartas de Adesão de outros Parceiros não associados que integram a AP e que entenderam assumir essa posição de conforto/apoio.

4. ANÁLISE SWOT

Neste ponto é efectuado um diagnóstico do território, apresentado com recurso à metodologia SWOT, o qual advém da análise e reflexão da informação estatística disponível, do material recolhido na abordagem colaborativa e do conhecimento in loco, que permitem a identificação dos principais pontos fortes e fracos, das oportunidades e ameaças, que se constituem suporte de construção da estratégia de intervenção.

	PRINCIPAIS OPORTUNIDADES	PRINCIPAIS AMEAÇAS
Factores Externos	População	
	Políticas e Legislação específica para colmatar as problemáticas do despovoamento do interior e/ou zonas mais vulneráveis	Desafios demográficos: Despovoamento; baixa natalidade; Envelhecimento da população: Tendência, nacional e regional, crescente. Inexistência de políticas vocacionadas.
	Economia e Emprego	
	- Acessibilidades: perspectiva de melhoria a curto prazo com a inauguração da linha de Metro Bus em 2024 (ligação ao centro urbano Coimbra). - Novas Oportunidades proporcionadas pelo PRR, PT2030 (no âmbito do CENTR2030 principalmente PRPI, PROVERE e Parcerias para a Coesão não urbanas) e PEPAC. Financiamento dedicado a territórios de baixa densidade, vulneráveis e de interior. - Mercado crescente de consumidores urbanos ávidos de novas vivências e experiências em meio rural. - Procura externa crescente de oferta diferenciadora de turismo associado à montanha, ao desporto de natureza, ao ambiente e património xistoso, religioso e inclusivo. - Potencial do Diáspora (Mercado e/ou Investimento) - Aumento da visibilidade do território do ponto de vista externo.	- Impactos Sociais e Económicos derivados das sucessivas conjunturas europeias e mundiais: Pandemia Covid 19 e Guerra da Ucrânia. Efeitos da crise socio-económica global, nomeadamente a inflação. - Coesão Territorial ainda como um conceito pouco efectivo em termos de políticas públicas e sua aplicação no território. Políticas de Desenvolvimento, respectivos cronogramas e patamares de programação desajustados relativamente às reais necessidades do território. - Dificuldade na retenção e fixação de jovens qualificados. Falta de oportunidades de emprego qualificado para os mais jovens, sobretudo pós percurso académico. - Produtos e mercados externos como fortes concorrentes da economia local. - Problema crescente da Habitação.
	Produção, infraestruturas e serviços básicos	
	- Promoção e valorização dos circuitos curtos agro-alimentares. Aproveitamento dos mercados urbanos regionais. - Existência e integração em processos produtivos de inovação/I&D já consolidados, que promovam a criação de valor e uma maior aplicação. - Proximidade às Universidades, Politécnicos e Institutos de Investigação e Desenvolvimento.	- Regiões de proximidade com maior factor de atracção. Concorrência de outros territórios. - Permanente indecisão política sobre uma alternativa à EN17 – Estrada das Beiras
	Recursos Naturais e Culturais	
	- Integração em Redes Regionais e/ou Temáticas abrangentes: Aldeias do Xisto, Estrada Nacional nº2; INature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas; Rede das Paisagens Alimentares. - Ordenamento territorial: avanço no processo de cadastro de registo dos imóveis rurais. - Integração na Rede SMART Rural 27 / Smart Villages. - Estrada da Beira enquanto activo turístico. - Viveiros inseridos numa rota de descoberta.	- Gestão ineficaz da Floresta; incêndios de grandes dimensões; seca e erosão; aumento das espécies invasoras; pouco aproveitamento dos resíduos florestais. - Políticas desadequadas de ordenamento florestal e prevenção de incêndios. - Aplicação da Carta de Perigosidade como um documento de ordenamento e gestão transversalmente constrangedor para o desenvolvimento de dinâmicas locais e economia rural.

Sustentabilidade e Clima	
• Bio Economia, Verde e Circular: conceitos emergentes em alinhamento com as políticas actuais para combate às alterações climáticas e incentivo à eficiência energética e suporte a actividades económicas sustentáveis e responsáveis com o meio-ambiente. Oportunidade de valorização territorial na perspectiva de créditos no sequestro de carbono. • Alimentação Sustentável e Saudável e Combate ao Desperdício Alimentar como focos abrangentes de preocupação e actuação.	• Riscos Físicos e Naturais resultantes das alterações climáticas. • Utilização excessiva dos espaços naturais e sua massificação.
Transição Energética e Digital	
• Transição digital como modelo de proximidade entre sistemas e comunidades: Digitalização facilitadora do acesso à informação; Potencial de desenvolvimento pela utilização das novas tecnologias digitais e sua aplicação nas actividades económicas e sociais locais; Consolidação do comércio eletrónico de produtos agrícolas e alimentares	
Governança Local, Inovação Social, Cidadania e Sociedade Civil	
• Crescente intermunicipalidade, trabalho em rede e parcerias. • Coesão, inclusão social, inovação social e sustentabilidade enquanto preocupações globais e alicerces das políticas públicas a nível nacional e europeu (Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável ODS2030) • Novo posicionamento social à escala global vocacionado para o conceito "TIME TO ACT"/ "TEMPO PARA AGIR"	• Investimento deficitário em projectos de grande escala, mobilizadores e transformadores do território.

PRINCIPAIS PONTOS FORTES		PRINCIPAIS PONTOS FRACOS	
Factores Internos	População		
	• População maioritariamente em idade activa	• Demografia: Tendência para uma Perda gradual de população, redução da taxa de natalidade, aumento da taxa de dependência • Decréscimo gradual da Taxa de Actividade (46%) e da população em idade activa (empregada ou desempregada) 51% > 45 anos • Tendência para perda de massa crítica e insuficiência de recursos humanos.	
	Economia e Emprego		
	• Localização central relativamente ao país. Proximidade relativa a Coimbra enquanto centro urbano/centro de conhecimento e saber. • Acessibilidades: Proximidade à A13 e ao IP3. • Boa Qualidade de Vida: condições de atracção e fixação. • Resiliência do Tecido Empresarial de Base Local, sobretudo o que aderiu às TIC e outras inovações. Crescimento em cerca de 11% do nº. de empresas entre Censos, evidenciando dinâmica empresarial local. • Estímulo para a conquista de novos mercados (nacional e internacional) por parte de empresas locais.	• Acessibilidades: Principal via EN17 (Estrada da Beira) apresenta-se como um equipamento deficiente e que, por tal, constrange a expansão do território por dificuldades de circulação, limitando a exportação de algumas empresas. • Fileira da Floresta sem estratégia eficaz de implementação e/ou Gestão. • Escassez de oferta de emprego qualificado. • Incapacidade para fixação de jovens licenciados. • Aposto deficiente na formação profissional. Pouca ligação entre escolas e empresas. Inexistência de ensino profissionalizante em áreas tecnológicas	

• Tecido empresarial expressivo: empresas de referência e instalação crescente de novas empresas. • Taxa de Desemprego tem vindo a diminuir, acompanhando a tendência nacional e situando-se em aproximadamente 6%, média do território. • Rede de Aldeias do Xisto como atractivo e suporte da economia turística. Expansão do sector do turismo sobretudo ao nível do alojamento e animação turística. • Empresas de maior dimensão em processo de execução de grandes investimentos para expansão e internacionalização. • Agricultura: um sector em expansão. Aumento da actividade agrícola e dos circuitos curtos agro-alimentares. • Cadastro predial rústico: processo em curso. • Forte expressão viveirista e florestal. • Aumento da População estrangeira que pode suprir a escassez local de mão-de-obra.	• Poder de Compra médio per capita abaixo do índice da Região Centro e Região de Coimbra (apesar de se manter estável desde 2017 com um ligeiro aumento). • Empresas de pequena dimensão e nº de trabalhadores abaixo de 10 representam em média 97% do tecido empresarial do território. • Tendência para a Massificação do turismo em algumas das aldeias serranas mais emblemáticas. • Pouca expressão da caprinicultura e consequente falta de matéria-prima para a implementação de toda a fileira associada à cabra sobretudo a montante (rebanhos; pastorícia; carne para Chanfana e produção de novos derivados, etc.). • Problema crescente da Habitação: Inexistência de Mercado Local para arrendamento. • Pequena dimensão das explorações agrícolas.
---	--

Produção, infraestruturas e serviços básicos

• Cobertura ampla do território no que se refere a infraestruturas e serviços básicos. • Rede expressiva de organizações de apoio social à população organizadas em Conselhos Locais de Acção Social, por município. • Crescimento da consciencialização das comunidades para as cadeias curtas de comercialização. Renovação dos Mercados Locais	• Limitação da rede inter-concelhia de transportes viários. • Inexistência de Apoio/incentivos específicos para sectores da área social (envelhecimento da população) da animação cultural e desportiva (eventos) da microeconomia (comércio tradicional, pequenos negócios, empreendedorismo) da Floresta (Gestão florestal e actividades conexas);
---	---

Recursos Naturais e Culturais

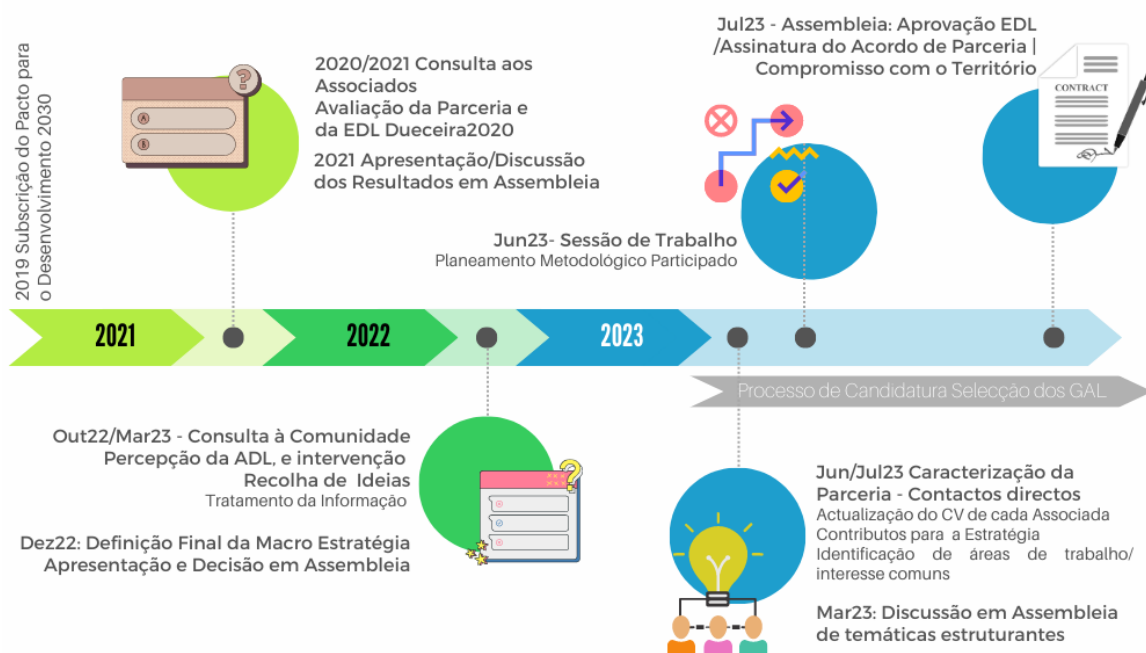
• Recursos naturais e paisagísticos de excelente qualidade (biodiversidade, qualidade ambiental, fauna e flora / Rede Natura2000 / Praias fluviais). • Zonas ribeirinhas e recursos hídricos (potencial das margens dos rios e ribeiras. Recuperação dos recursos hídricos que podem funcionar como atractivo turístico e como incentivo para o regresso à agricultura). • Floresta (Valorização e reposição da floresta; Aproveitamento da biomassa florestal. Pertinência de construção de um parque de recepção de resíduos sobranceiros florestais e agrícolas, realçando-se a sua importância em diversas componentes da intervenção. • Evidência do contributo positivo do território para a redução dos níveis de emissão de carbono e para a diminuição do impacto negativo das alterações climáticas). • Crescente valorização do património gastronómico. Marca "Terras da Chanfana" como factor agregador e de alavancagem do território. A Chanfana assumida como denominador comum e património identitário Assunção intermunicipal da marca territorial "Terras da Chanfana". • Aumento das actividades ao ar livre. Turismo Verde/ de Montanha/ de Aventura / Acessível: Surgimento de novos modelos de fruição da natureza e desporto de natureza.	• Diminuição da qualidade paisagística e destruição da Floresta derivado da catástrofe dos incêndios; • Descontrolo da propagação das espécies invasoras: mimosa, acácia e arbustivas. • Inexistência de um Modelo de Gestão da Serra da Lousã e de protecção das áreas classificadas em Natura2000. Dificuldade institucional na implementação da Área de Paisagem Protegida Regional da Serra da Lousã. • Constrangimentos ao nível da segurança e riscos diversos na utilização dos espaços naturais/ambientais.
---	--

Recursos agro-alimentares (exemplo: Mel da Serra da Lousã DOP), Gastronomia, Artesanato (olaria: barros vermelho e preto; artefactos em arenito e madeira de salgueiro) e Património Natural e arquitectónico: recursos endógenos que contribuem para a auto-estima local e se constituem como potencial/efectivo económico. • Eventos Nacionais e Internacionais de Desportos de Natureza e de Montanha, com grande expressão e capacidade de atracção (ênfase Trail e BTT). • Diversidade e qualidade de equipamentos culturais e ambientais (museus, centros interpretativos, parque biológico, etc).	• Falta de Gestão e controlo do efectivo de espécies selvagens com crescente vandalismo das culturas agrícolas por cervos e javalis.
Sustentabilidade e Clima	
• Investimento expressivo das autarquias nas áreas ambientais sendo que em todos os concelhos se verifica um aumento significativo do orçamento municipal para o efeito, denotando uma crescente preocupação ambiental.	• Insuficiente consciencialização e participação cívica nestes domínios.
Transição Energética e Digital	
• Crescente consciencialização das populações relativamente a hábitos de consumo e investimento em equipamentos mais sustentáveis. Aumento da implantação de equipamentos solares para consumo doméstico. Aumento da eficiência energética das habitações e espaços públicos. • Existência de Parques Eólicos. • Aumento da literacia digital das populações e dos espaços de acesso digital. • Digitalização dos serviços públicos e actividades empresariais	• O acesso a esta transição energética e digital ainda não é uma realidade universal e transversal sobretudo no que se refere a alguns extractos das populações (população mais idosa ou economicamente mais frágil)
Governança Local, Inovação Social, Cidadania e Sociedade Civil	
• Fortes sinergias entre concelhos limítrofes: Intermunicipalidade e forte dinâmica de trabalho em rede.	• Carências no sector da Saúde. Pouca articulação institucional.
• Assunção intermunicipal da marca territorial “Terras da Chanfana”.	• Deficit de intervenções empreendedoras, inovadoras, criativas. Investimento deficitário em projectos de grande escala, mobilizadores e transformadores do território.
• Forte identidade e sentido de pertença: Marcas Territoriais fortes e aglutinadoras - Aldeias do Xisto, Serra da Lousã e Terras da Chanfana. Numa perspectiva social: Região Solidária e Inclusiva, enquanto conceito transversal. • Malha densa de organizações do 3º. Sector: Associações sociais, culturais, desportivas e recreativas (massa crítica e equipamentos). Trabalho Inclusivo. • Trabalho cultural em rede através de implementação de agenda intermunicipal. • Trabalho social em rede através da estrutura de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. • Alteração da dinâmica interna da Associação na última década com maior abertura à comunidade. A Dueceira enquanto agente de desenvolvimento e dinamizador das dinâmicas locais em parceria e em rede;	• Falta de convergência e/ou fragilidade nas tomadas de posição dos municípios em problemáticas transversais e resolução de grandes questões comuns (exemplo: acessibilidades: grandes vias EN17, A3 e rede intermunicipal de transportes públicos; modelo de gestão da Serra da Lousã, etc.). • Participação cívica incipiente da comunidade em geral

5. CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DA EDL- ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Constituindo a EDL a representação de uma determinada intervenção - que não começou e terminou num período preciso, balizado hermeticamente por datas fixas mas antes se assumiu/assume como um processo dinâmico que se prolonga no tempo, exigindo maturação para a avaliação do seu significado e impacto -, impôs-se a sua “revisitação” partindo dos pressupostos estabilizados para o actual período de programação com vigência até 2027, apreciando a sua implementação tanto nos seus sucessos quanto fragilidades. Este processo de (re)construção da EDL ocorreu em vários momentos os quais tiveram frequentemente a dupla finalidade de avaliação e de reorganização e em que as premissas iniciais se transformaram em metas e estas nos novos pressupostos.

METODOLOGIA DE TRABALHO PARTICIPATIVO



Em 2020, a DUECEIRA iniciou o processo interno com o lançamento do [inquérito “Acrescentando Valor para a consolidação da Estratégia Local”](#), tendo em vista a dupla funcionalidade de avaliação da implementação do DLBC e dar início à preparação do novo período de programação. Contudo, devido às restrições decorrentes do contexto pandémico, o mesmo teve de ser interrompido num período superior a um ano, tendo recommençado em meados de 2022.

Como resultado deste processo, foi possível ter uma clara percepção do significado e importância da Dueceira para a comunidade e seus agentes, na sua qualidade de Associação de Desenvolvimento Local, bem como efectuar uma primeira abordagem ao contexto actual do Território, identificando problemas/necessidades e oportunidades e ainda conhecer a opinião dos actores locais sobre as áreas estratégicas a ser trabalhadas. Os resultados foram apresentados e apreciados externamente com recurso a Consultora e, internamente, debatidos e aprovados em reunião da Assembleia Geral de 25/05/2021.

O processo foi prosseguido no 2º semestre de 2022 e 1º trimestre de 2023 assumindo uma abrangência mais dilatada do universo de colaboração, com a disponibilidade em ambiente digital para toda a comunidade de um questionário designado [“Lance a sua Semente!”](#), o qual pretendeu aferir das observações apuradas anteriormente junto dos Associados permitindo, com esta metodologia, uma construção sólida da Estratégia. Dos resultados da aplicação destas ferramentas metodológicas foram obtidos contributos os quais foram organizados em 4 dimensões que consolidaram uma visão sobre o **ADN DO TERRITÓRIO**, concretamente:

1. Competências e Recursos do Território (Aspectos que estabelecem a diferenciação positiva e Recursos Locais considerados efectivamente Aproveitados / Explorados);
2. Elementos de Identidade do Território (Activos Inimitáveis e Potencialidades Locais consideradas carecerem de maior valorização);
3. Limitações

ao Desenvolvimento do Território (Aspectos Concretos considerados constrangimentos ao desenvolvimento); 4. Principais Mudanças verificadas na ADL e no território entre 2014/2020... (Mudanças consideradas Relevantes: negativas ou/ positivas | Internas ou Externas)

Em sequência, foi possível uma primeira apresentação aos Associados de um esboço da EDL, já integrando a definição dos eixos estratégicos de intervenção previstos, o qual foi apreciado e aprovado em Assembleia Geral em 12/2022. Em 03/2023, igualmente em ambiente de Assembleia, foram reflectidas e debatidas temáticas centrais na construção da EDL, entre outras, associadas à Floresta, à Caprinicultura, à Marca Territorial e à pequena economia de base local. Em 06/2023 foi lançado o desafio aos Associados e Parceria alargada bem como a toda a comunidade, de uma [sessão de debate e reflexão](#) que se concretizou com a presença de mais de três dezenas de organizações locais, públicas e privadas, das mais representativas do território (Em Arquivo: Acta, Registo de Presenças, Recortes de Imprensa e Fotografias). Finalmente, a EDL foi aprovada a [12 de Julho de 2023](#) e, nesta data, aprovada também a [Carta de Parceria](#).

(Na EDL: Síntese dos resultados obtidos em todas as fases do processo)

6. EDL- ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL | PRINCIPAIS DESAFIOS E RESULTADOS ESPERADOS | MACRO-OBJECTIVO | ENFOQUES TEMÁTICOS/ EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Mantendo-se a incontornável relevância da Estratégia DLBC DUECEIRA2020 e a sua importância para o desenvolvimento socioeconómico do território de intervenção, importa que sejam incorporados **DESAFIOS E PRIORIDADES** que afirmem **RESULTADOS** relevantes para a coesão e competitividade do território, com destaque para os seguintes:

1. Contribuir para a sustentabilidade demográfica, para a inclusão social e para o combate às desigualdades e à discriminação;
2. Atrair novos residentes e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais, nomeadamente nos sectores agrícola, florestal, do turismo e complementares;
3. Promover e reforçar a conectividade digital como requisito essencial para a garantia da qualidade de vida das comunidades locais e para a atracção de pessoas e empresas;
4. Apoiar mudanças estruturais que contribuam para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, para a promoção da transição e eficiência energética e da mobilidade sustentável, tendo em consideração as características e especificidades do território de intervenção – relações territoriais, actividades económicas associadas às áreas de especialização do território, nomeadamente a agricultura e o turismo;
5. Contribuir para a protecção dos ecossistemas e da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos mesmos e preservar os *habitats* e as paisagens;
6. Promover e desenvolver o património natural, cultural e arquitectónico, garantindo o equilíbrio e sustentabilidade das actividades económicas associadas a estes recursos, nomeadamente actividades agrícolas e complementares;
7. Contribuir para o desenvolvimento sustentável, para a gestão eficiente da energia, dos recursos naturais, incluindo dos recursos nos sectores agrícola, alimentar e florestal;
8. Contribuir para a diversificação da base económica, promovendo o (i) aparecimento de novas actividades geradoras de valor e criadoras de emprego, que potenciem economicamente a agricultura e a gestão sustentável das florestas, incorporando novos desafios, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável; e (ii) a logística sustentável de escoamento e comercialização das produções, aproximando o consumidor do produtor;
9. Promover a qualificação dos recursos humanos e das instituições e a digitalização e inovação empresarial, simplificando processos e criando modelos flexíveis nestes domínios que respondam às necessidades das comunidades e das empresas;
10. Reforçar a estratégia de *marketing* territorial visando aumentar a visibilidade e atractividade do território para turistas, visitantes, novos residentes e actividades económicas.

Para resposta a estes desafios e alcance da tipologia de resultados esperados, a EDL sustenta-se no **MACRO-OBJECTIVO** de toda a intervenção, considerando-se pertinente a sua estruturação em **4 EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO / ENFOQUES TEMÁTICOS**, conforme exposto no esquema seguinte:

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO



MACRO-OBJECTIVO

**CRESCIMENTO HARMONIOSO DO TERRITÓRIO
VISANDO O BEM-ESTAR DAS COMUNIDADES**

[+SUSTENTÁVEL | +INTELIGENTE | +INCLUSIVO | +ATRATIVO]

+Próximo

EIXOS DE ACTUAÇÃO | ENFOQUES TEMÁTICOS



• TERRITÓRIO

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Firmação e crescimento de marca que unifica e prestigia transversalmente o território, aumentando a sua capacidade de atracção e estimulando o sentido de pertença da comunidade em torno da sua identidade

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- > Alavancagem do Território em torno das Marcas Territoriais Terras da Chanfana e Serra da Lousã, com suporte transversal no conceito 'Região Solidária e Inclusiva'
- > Certificação do Território enquanto espaço de excelência, articulada ao nível dos seus agentes /recursos /actividades / produtos
- > Preservação e Qualificação dos Espaços Rurais, Recursos Naturais e Paisagem
- > Valorização em Rede do Património Rural, Histórico, Cultural e Natural



• PESSOAS E ORGANIZAÇÕES

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Estímulo à auto-afirmação, coesão e integração social, criando condições para a fixação e atracção de capital humano.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- > Estímulo à auto-afirmação, coesão e integração social, criando condições para a fixação e atracção de capital humano (incluindo migrantes) que conduza à criação de uma inteligência colectiva
- > Formação e Qualificação em alinhamento com a Parceria e outros Agentes Locais e Regionais
- > Dinamização do Associativismo, Parcerias e Acções em Rede



• RECURSOS, ACTIVIDADES E PRODUTOS

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Consolidação dos sectores económicos locais com suporte nos recursos, actividades e produtos do território, conferindo-lhes valor em novas e sustentáveis abordagens

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- > Estímulo à investigação e dinamização de parcerias para a Inovação conceptual e tecnológica
- > Valorização e qualificação de Recursos, Actividades e Produtos do Território
- > Promoção do turismo diferenciado e criativo enquanto intervenção estruturante do território
- > Estímulo ao ordenamento de fileiras, à eficiência de recursos, combate às alterações climáticas e descarbonização do território



• INICIATIVA LOCAL

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Revitalização da Economia Rural. Consolidação do Tecido Empresarial Local.

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

- > Estímulo às actividades agrícola, produção animal e floresta (agricultura familiar) e promoção da multifuncionalidade dos espaços agroflorestais.
- > Estímulo ao empreendedorismo qualificado e criativo e à transição energética/digital em sectores tradicionais da economia local
- > Criação e consolidação de novos circuitos de comercialização e mercados
- > Fortalecimento das redes de cooperação institucionais, empresariais e territoriais

7. ARTICULAÇÃO COM AS ESTRATÉGIAS REGIONAIS E SUB-REGIONAIS

Alinhamento das Prioridades do POR do CENTRO2030 com os Eixos e Objectivos Estratégicos da Dueceira2030

	DUECEIRA 2030			
	TERRITÓRIO	PESSOAS E ORGANIZAÇÕES	RECURSOS, ACTIVIDADES E PRODUTOS	INICIATIVA LOCAL
CENTRO 2030	Centro + Competitivo [Inovação, digitalização, competitividade das empresas, especialização inteligente e empreendedorismo]			
	Apoio às actividades de I&D&I e transferência de tecnologia para as empresas		●●●	●●●
	Digitalização dos serviços da Administração Pública local e regional e instalação de Espaços do cidadão nas freguesias			
	Sistemas de incentivos às empresas; sistemas de incentivos de base territorial e infraestruturas de acolhimento Empresarial		●●●	●●●
	Ações de capacitação/qualificação para o desenvolvimento de processos de descoberta empreendedora nos diferentes domínios da RIS3 e dinamização de ecossistemas de inovação	●●		
	Instalação de rede de banda larga em espaços de baixa densidade populacional ou do interior	●		
	Centro + Verde [Sustentabilidade, na economia circular, transição energética e moilidade urbana sustentável]			
	Eficiência energética na Administração Pública regional e local			
	Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável	●●		●●●
	Meios materiais para a protecção civil e gestão de recursos hídricos (valorização da rede hidrográfica, infraestruturas de águas pluviais, sistemas de informação)		●●●	
	Ciclo urbano da água (sistemas em alta e em baixa)			
	Apoios à economia circular (empresas) e à gestão de resíduos (subinvestimentos em alta e em baixa)		●●●	●●●
	Corredores verdes em contexto urbano e passivos ambientais			
	Mobilidade urbana sustentável, incluindo sistemas inteligentes de apoio à mobilidade intermunicipal e multimodal, circuitos urbanos pedestres e planos de descarbonização			
	Centro + Conectado [Intervenções de modernização, requalificação e reforço de troços da rede ferroviária regional]			
	Através de intervenções de modernização, requalificação e reforço de troços da rede ferroviária regional.			
	Modernização e eletrificação do troço Caldas da Rainha – Lourçal, da Linha do Oeste			
	Requalificação e eletrificação da Linha do Vouga.			
	Centro + coeso e + próximo dos cidadãos [Apoio a estratégias de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento urbano sustentável]			
	Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas			
	Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança.	●●●	●●●	●●●
	Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (*)	●●●	●●●	●●●
	PROVERE	●●●	●●●	●●●
	Parcerias para a Coesão não urbanas	●●●	●●●	●●●
	Centro + Social e Inclusivo [Emprego de qualidade, Educação, Inclusão social, igualdade de acesso aos cuidados de saúde]			
	Ensino Superior (infraestruturas e equipamentos)			
	Hospitais (infraestruturas e equipamentos)			
	Promoção turística regional (dos seus destinos e dos seus produtos) e valorização e internacionalização da Cultura (nas vertentes infraestrutural e imaterial)	●●●		
	Apoio ao Emprego e ao Empreendedorismo (+CO3SO Emprego)			●●●
	Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados (RHAQ) por empresas e por infraestruturas científicas e tecnológicas		●●	●●
	Apoio a Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e a cursos superiores de curta duração			
	Desenvolvimento e implementação de projetos inovadores de carácter social		●●	
	Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo		●●	
	Apoio a Unidades Móveis ou Balcão da Inclusão, em territórios de baixa densidade para provisão de serviços coletivos de proximidade		●●	
	Fundo para a Transição Justa			
	Ações vocacionadas para o Médio Tejo			

Legenda: Alinhamento ténue ● Alinhamento médio ●● Alinhamento forte/significativo ●●●

(*) No âmbito da Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal (PRPI) já negociada a integração no Consórcio a celebrar proximamente. As linhas de trabalho, observadas como adicionalidade num quadro financeiro próprio, configuram-se ao nível de:

- Smart Villages – nova geração de serviços em meio rural;
- Rede de Aldeias Temáticas – valorização dos ativos diferenciadores;
- Incubadora Demográfica – atração e retenção de população em idade ativa, em especial jovens;
- Promoção das indústrias culturais e criativas;
- Incentivos de base territorial para estímulo ao investimento.

Alinhamento das Prioridades do Pacto da CIM RC com os Eixos e Objectivos Estratégicos da Dueceira2030

	DUECEIRA 2030			
	TERRITÓRIO	PESSOAS E ORGANIZAÇÕES	RECURSOS, ACTIVIDADES E PRODUTOS	INICIATIVA LOCAL
EIDT PACTO CIM RC 2030	Região de Coimbra mais inteligente			
	Transformação empresarial inovadora e inteligente			
	Inovação		●	●
	Digitalização	●●●		
	Transformação Económica e Apoio às Micro e PME		●●●	●●●
	Desenvolvimento urbano			
	Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade	●●●	●●●	●●●
	Agricultura	●●●	●●●	●●●
	Turismo	●●●	●●●	●●●
	Economia do Mar			
	Infra Estruturas para a Competitividade			
	CIM Região de Coimbra mais «verde» e hipocarbónica			
	Transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos			
	Transição Energética		●	●
	Alterações Climáticas e Gestão de Riscos	●●●		
	Recursos Hídricos			
	Economia Circular		●●●	
	Natureza e Biodiversidade	●●●	●●●	
	Floresta	●●●		
	Infra Estruturas/Equipamentos e outros Mecanismos para a Eficiência e Sustentabilidade			
	CIM Região de Coimbra mais conectada			
	Sustentabilidade e eficiência da conectividade regional em matéria de mobilidade, transportes, serviços, infraestruturas e equipamentos			
	Serviço Público de Transporte de Passageiros			
	Mobilidade e Transportes			
	Modernização de Infra Estruturas e Equipamentos para uma Mobilidade Eficiente e sustentável			
	CIM Região de Coimbra mais social			
	Implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais			
	Emprego		●●●	●●●
	Igualdade entre Mulheres e Homens, prevenção e combate à violência e discriminação		●●●	●●●
	Educação e Formação		●●●	
	Saúde		●	
	Envelhecimento Activo e Saudável		●●●	
	Inclusão e Protecção Social		●●●	
	Justiça e Segurança		●	
	CIM Região de Coimbra mais próxima dos cidadãos			
	Promoção da cultura, do património, das iniciativas associativas e da existência de um modelo de governação eficaz			
	Cultura	●●●	●●●	
	Património	●●●		
	Terceiro Sector – Associativismo		●●●	
	Governação		●●●	

Legenda: Alinhamento ténue ● Alinhamento médio ●● Alinhamento forte/significativo ●●●

Nota: Contribuíram ainda para a construção da EDL outros quadros conceptuais e estratégicos, nomeadamente: a Agenda 2030 das Nações Unidas / ODS, na perspectiva europeia e nacional; as Prioridades da Estratégia Europa2030; a Visão de Longo Prazo para as zonas rurais da União Europeia; o Programa Smart Rural 2027/Smart Village; os Objectivos gerais da PAC, para o período de programação 2021-2027 e a nível nacional, o PEPAC – Programa Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal; a Estratégia Portugal 2030 e o Pacto para a Não Violência.

8. GRANDES ÁREAS DE INTERVENÇÃO | CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO UMA PRIMEIRA VISÃO

Dando continuidade ao processo de construção da EDL, constituirá uma segunda etapa a definição do Plano de Acção da EDL Dueceira2030, já fruto do conhecimento da arquitectura final do PEPAC em termos de 'Ficha Leader' e dos apoios e financiamentos atribuídos, nomeadamente no âmbito do FEADER, após publicação dos resultados da candidatura da Dueceira à 1.ª fase do Aviso nº02/Operação 10.1.1/2023. Não obstante, é fundamental a definição de um quadro de desafios, interesses e expectativas que se assumam como contributos para a definição posterior do Plano de Acção.

Para que a EDL DUECEIRA 2030 seja efectivamente um motor de desenvolvimento, é essencial que a gestão dos apoios/fundos comunitários seja alinhada com a visão de futuro e a estratégia definida para o território de intervenção. Importa relevar que o reforço da aposta em redes de cooperação e parcerias estratégicas é de extrema relevância estratégica para o sucesso da EDL e para a captação de novas oportunidades e projetos em rede, à escala nacional e internacional. Ainda de reiterar a importância de articulação com outras abordagens estratégicas realizadas ou a realizar para o território, tornando-as complementares entre si e, muito importantes perceptíveis para o cidadão/empresas/entidades locais.

Para enquadramento das diferentes componentes previstas da Intervenção no âmbito da EDL DUECEIRA2030 e, num claro alinhamento com as Estratégias e Agendas multisectoriais, o Plano de Acção deverá incorporar um conjunto de **mecanismos técnico-administrativos e financeiros** para a sua prossecução, dos quais os seguintes constituem os exemplos, porventura, mais adequados:

Enquadramento Programático de Componentes Previstas da Intervenção	PEPAC 2022/2027	Articulação com EIDT da CIM RC	Parcerias para a Coesão (Centro2030)	PRPI- Programa para a Revitalização do Pinhal Interior (Centro2030)
	PESSOAS2030	Fundo Ambiental	Rede das Paisagens Alimentares	LIFE Ambiente II Fase
	Provere INature (Centro2030)- III Fase	Articulação com Planos Formativos do Cearte DRAPC EAPN outros	PRGP Programa Reordenamento e Gestão da Paisagem MOBA	Outros Programas e Medidas

Obviamente abstendo-nos de referir as Operações no âmbito do PDR2020 que se encontram ainda a decorrer, à luz deste panorama programático deverão ser elencadas as **intervenções, medidas e projectos em curso e/ou de continuidade**, sendo que o quadro seguinte faz uma inventariação das mesmas, subordinando-as de acordo com a Matriz de Intervenção da EDL Dueceira2030:

Outras Componentes da Intervenção Medidas e Projectos em curso e/ou de continuidade				
	Terras da Chanfana - Gestão da Marca	Roteiro das Terras da Chanfana - componente agentes económicos locais	LIFE Lignobio - recursos locais e investigação	Comércio Tradicional sem sair de casa (dinamização digital)
	Roteiro Terras da Chanfana e Carta Experiências Únicas - componente unidade territorial e turística	3 C - Cooperar em Circuitos Curtos / PROVE - vertente consumidores / Cabaz das Terras da Chanfana	RNAES - Rede Nacional da Alimentação Equilibrada e Sustentável (Dieta Mediterrânica)	3 C - Cooperar em Circuitos Curtos / PROVE - vertente produtores / Cabaz das Terras da Chanfana
	APP - Área Paisagem Protegida da Serra da Lousã - vertente turística	Terras da Lusofonia - Cooperação com os PALOP	APP Área Paisagem Protegida Serra da Lousã - vertente ambiental	PNAID - Investimento da Diáspora
	Parque de Máquinas Florestal	PNAES - vertente comunidade (A comer é que a gente se entende) 6 em Rede - Gabinete de Apoio à Vítima e RAP - Respostas Apoio Psicológico a Crianças e Jovens Vítimas Violência Doméstica QTS2A - Cooperação (Animadores Turísticos) Projecto AGIR Região Solidária e Inclusiva - Formação e Informação FMT - Federação Minha Terra e Rede Rural Nacional (projectos em rede) Utilidade Pública	Bolsa de Terras	

Na mesma linha de raciocínio e, de acordo com a **MATRIZ DE OBJECTIVOS E RESULTADOS**, é avançada uma proposta de **ÁREAS RELEVANTES E DE ÁREAS TRANSVERSAIS DE INTERVENÇÃO** as quais se apresentam como uma primeira visão do **PLANO DE ACÇÃO SOB O DOMÍNIO D1 DO PEPAC** (enquadramento no cofinanciamento FEADER) no que se refere à Abordagem LEADER/DLBC e indo ao encontro do seu **OBJECTIVO OE8** - PROMOVER O EMPREGO, O CRESCIMENTO, A IGUALDADE DE GÉNERO, A INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ZONAS RURAIS, NOMEADAMENTE A BIO-ECONOMIA E A SILVICULTURA SUSTENTÁVEL.

Matriz de Objectivos e Resultados

MACRO-OBJECTIVO				
ENFOQUES TEMÁTICOS Objectivos Estratégicos de Intervenção	ET 1 TERRITÓRIO	ET 2 PESSOAS E ORGANIZAÇÕES	ET 3 RECURSOS, ACTIVIDADES E PRODUTOS	ET 4 INICIATIVA LOCAL
	Valorização do Território enquanto Activo Único	Capacitação e Afirmação dos Agentes Locais e Comunidade em geral	Novas abordagens e acréscimo de valor aos recursos, actividades e produtos do Território	Promoção de uma base económica inovadora, Criativa e competitiva
Necessidades Principais PEPAC	PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) COE8N2	PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) COE8N7	PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) COE8N5 PTOE8N2 (COE8N4/ AOE8N5/ MOE8N4) COE8N6	PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) COE8N1 COE8N7
Necessidades Complementares PEPAC	COE7N5 COE6N4 COE6N6 COE6N5	COE9N8 PTOTN3	COE2N1 PTOE2N1 PTOTN2 PTOTN4	COE1N5 PTOE4N2 COE9N5 PTOTN1
Objectivos Específicos	OE 1	OE2	OE3	OE4
Objectivos Operacionais	OO1 OO2 OO3 OO4	OO5 OO6 OO7	OO8 OO9 OO10 OO11	OO12 OO13 OO14 OO15
Resultados PEPAC	R.37 R.40 R.41	R.37 R.41 R.42	R.37 R.17 R.39	R.37 R.39 R.9 R.10 R.18
Proposta de Tipologia de Apoios FEADER / LEADER Áreas Relevantes Áreas Transversais	AR1	AR4	AR7	AR10
	AR2	AR5	AR8	AR11
	AR3	AR6	AR9	AR12
	AT1			
	AT2			
	AT3			
Alocação de Verbas %	25	25	10	40
Proposta de Tipologia de Acções FEADER / LEADER Áreas Relevantes Áreas Transversais	ET 1 TERRITÓRIO	ET 2 PESSOAS E ORGANIZAÇÕES	ET 3 RECURSOS, ACTIVIDADES E PRODUTOS	ET 4 INICIATIVA LOCAL
	AR1 Preservação da Identidade, Memória e Património do Território	AR4 Sensibilização, Informação e Capacitação, Formação e Qualificação dos Agentes Económicos Locais	AR7 Processos de Qualificação e de Certificação de Actividades e Produtos	AR10 Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas, Pecuárias e Florestais (Acréscendo à dotação do Eixo Leader)
	AR2 Preservação e Qualificação dos Ecossistemas e Biodiversidade	AR5 Serviços de Base Rural e Inovação Social	AR8 Parcerias para a Inovação e Qualificação	AR11 Micro-Empresas de Base Local e Pequenos Negócios da Economia Rural
	AR3 Vilas e Aldeias vivas (conceito de 'aldeias inteligentes' - Modelos de Intervenção e Renovação de Aldeias)	AR6 Dinamização de Acções de intervenção colectiva (Associativismo), em parceria e em rede	AR9 Projectos-Piloto de BioEconomia e Economia Circular	AR12 Captação de Investimentos da Diáspora
	AT1 (Din) Animação Territorial			
	AT2 Cooperação Interterritorial e Transnacional			
	AT3 Funcionamento e Monitorização			